



Projeto Cavis: Uma experiência pedagógica de assistência técnica

Autores:

William Mog - UFRGS/ASCPOA - williammog@hotmail.com

Lívia Salomão Piccinini - UFRGS - livia.piccinini@ufrgs.br

Renata de Figueiredo - ASCPOA - arq.renatafig@gmail.com

Beatriz da Fé Reis - ASCPOA - beatriz.poa@saudecrianca.org.br

Resumo:

O artigo aborda uma experiência de assistência técnica na área habitacional em Porto Alegre/RS a partir da atuação de uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada Associação Saúde Criança (ASC). Esta ONG possui como principal objetivo o atendido de crianças enfermas em condições de vulnerabilidade social através de uma estrutura interdisciplinar. Apresenta-se primeiramente um panorama teórico e histórico de formação da sociedade de classes brasileira e sua relação com o espaço urbano profundamente desigual para em seguida abordar a atuação da ONG neste contexto de desigualdade a partir do Projeto Cavis, um espaço de diálogo entre os arquitetos do Pilar Moradia e o público atendido pela instituição. Entende-se que esta atuação viabiliza não apenas a solução de problemas habitacionais de uma população vulnerável socialmente, mas a abertura pedagógica de um espaço de autonomia que promove uma mudança social a partir do processo de resolução de problemas espaciais.

PROJETO CIVIS

Uma experiência pedagógica de assistência técnica

INTRODUÇÃO

O artigo problematiza a precariedade das periferias das cidades brasileiras a partir de uma experiência de assistência técnica na área habitacional associada a uma Organização Não Governamental (ONG) intitulada Associação Saúde Criança (ASC) na cidade de Porto Alegre/RS. Entende-se que as instituições sem um caráter governamental possuem um papel importante na busca por melhores condições de vida para as populações periféricas e em vulnerabilidade social dentro de um contexto marcado pelo subdesenvolvimento em que o poder público deixa de atender as demandas sociais mais necessárias para se associar a interesses de grupos hegemônicos. Tal atuação se destaca não como simples assistencialismo, mas como um espaço de diálogo na busca da cidadania e da autonomia.

Com a intenção de introduzir este panorama em que a ONG Associação Saúde Criança atua, pretende-se realizar um breve resgate teórico sobre a formação da estrutura societária brasileira a partir de autores como Florestan Fernandes (2008) e Francisco de Oliveira (1977) e sobre o impacto que esta estrutura representa na materialidade do espaço urbano a partir de Milton Santos (2008; 2014). Compreende-se que a forma como se dá a constituição da sociedade de classes no contexto do subdesenvolvimento brasileiro produz um espaço dividido e segregado em dois circuitos da economia urbana: um inferior composto pelas camadas mais pobres da sociedade e outro superior constituído pelas camadas mais abastadas.

Este padrão de estrutura societária profundamente desigual se materializa no território das cidades brasileiras de maneira perversa. Enquanto as áreas ocupadas pelos mais ricos apresentam os melhores indicadores sócio-espaciais de economia, infraestrutura, educação, segurança e saúde, as áreas ocupadas pelas populações mais pobres apresentam um cenário oposto. Os indicadores sócio-espaciais de Porto Alegre/RS mapeados pelo OBSERVAPOA evidenciam esta desigualdade que está relacionada aos dois circuitos da economia urbana.

A atuação da ONG Associação Saúde Criança se dá no contexto do circuito inferior da economia urbana tendo como objetivo a melhoria da saúde de crianças em situação de vulnerabilidade social a partir da articulação entre cinco pilares interdisciplinares: Pilar Saúde, Pilar Moradia, Pilar Cidadania, Pilar Renda e Pilar Educação. O presente trabalho pretende aprofundar uma atividade desenvolvida pelo Pilar Moradia em Porto Alegre/RS intitulada Projeto Civis assim como os seus resultados sócio-espaciais. Este projeto tem

como principal objetivo o atendimento das necessidades habitacionais das crianças e das famílias vinculadas à ASC com a intenção de contribuir com a saúde de ambas a partir de diagnósticos, propostas e execuções de melhorias na condição das moradias via assistência técnica.

O artigo está dividido em três partes além da introdução e da conclusão. A primeira parte se estrutura como o panorama teórico e histórico que introduz a problemática. Esta é contextualizada de forma prática na segunda parte quando a cidade de Porto Alegre é apresentada a partir das suas desigualdades sócio-espaciais. E, por último, a terceira parte, a principal do artigo, aborda a atuação da ONG Associação Saúde Criança no contexto de Porto Alegre a partir do Projeto Cívico do Pilar Moradia.

SOCIEDADE DIVIDIDA, ESPAÇO DIVIDIDO

Nesta primeira parte do artigo, pretende-se estabelecer um marco teórico sobre as condições da sociedade subdesenvolvida brasileira e suas consequências no espaço urbano. Para tal, são abordados autores como Florestan Fernandes (2008) e Francisco de Oliveira (1977), intérpretes deste panorama mais amplo, para em seguida destacar as repercussões espaciais decorrentes desta interpretação a partir de Milton Santos (2008; 2014).

Para Fernandes (2008), O capitalismo no Brasil é uma complexa realidade sociocultural decorrente de fatores econômicos externos. A ordem social global influenciou de forma decisiva na absorção e na expansão do capitalismo no Brasil em função de dois aspectos: a coincidência entre a colonização e a etapa final da crise do mundo medieval (Europa) e a revitalização do regime a partir da simbiose plantaço/escravidão/expropriação. Estes dois fatores históricos determinaram a formação de uma sociedade de classe desigual.

Esta sociedade marcada pelo subdesenvolvimento envolve a relação entre os processos de estratificação social e a ordem econômica vigente fundamentada em um mercado de bases capitalista e consumista controlado de fora o que caracteriza o capitalismo do tipo dependente. Este regime contrasta com o capitalismo avançado, autossuficiente e autônomo existente nos países desenvolvidos.

Como o dinamismo de uma economia capitalista dependente não conduz à autonomia, a articulação dependente com as economias capitalistas avançadas se dá estritamente no nível dos interesses lucrativos do capital. A partir deste panorama, o cálculo capitalista associa uma estrutura arcaica com uma moderna favorecendo este modelo dependente assim como a impossibilidade de romper com ele na medida em que o lado moderno viabiliza e coordena a produção dos excedentes expropriados enquanto o lado arcaico inviabiliza o salto para um regime capitalista avançado e autônomo. Este modelo imposto de fora para dentro apresenta, portanto, um regime de classe que reproduz as desigualdades e a estratificação social a partir de uma burguesia interna dependente que aceita a supremacia do capital internacional (SAMPAIO JUNIOR, 2001).

Dentro deste contexto, o Estado dos países subdesenvolvidos apresenta particularidades que o diferenciam do Estado dos países desenvolvidos e que repercutem no

espaço urbano de forma diversa. Segundo Oliveira (1977), no caso brasileiro há uma captura do Estado pela burguesia monopolista local que possui uma relação de dependência com a burguesia internacional. Este autor destaca que a estruturação oligo-monopolista interpenetrada pelo Estado que coordena a expansão do capitalismo no Brasil apresenta uma série de problemas que se manifestam no urbano.

O Estado, ou o seu simulacro, é uma projeção desta relação de dependência o que favorece a desfiguração da cidade brasileira que começa a adquirir uma proporção importante historicamente no século XX a partir da queda da política econômica do café e da ascensão da indústria assim como da burguesia industrial que passa a dirigir o aparato estatal. Este período da história do Brasil é marcado por duas fases distintas separadas pelo Governo de Juscelino Kubitschek (OLIVEIRA, 1977, p.72):

- 1) A primeira fase é marcada pela ambiguidade estrutural de um Estado burguês no processo de acumulação urbano-industrial em função da abertura de fronteiras agrícolas o que manteve o status quo no campo ao mesmo tempo em que ocorria o confisco de parte da riqueza das antigas classes latifundiárias repassadas para a burguesia industrial. Trata-se da afirmação do urbano tanto na produção como no controle a partir de um Estado populista. Nesta fase o capital estrangeiro conspirava contra esta tendência.
- 2) A segunda fase é marcada pela desnacionalização da burguesia e pela abertura ao capital estrangeiro que passa a ter um papel oligopolístico via ações incentivadoras do Estado o que dissolve a ambiguidade estatal correspondente ao período anterior. É nesta fase que o Estado é capturado pela burguesia internacional. Este modelo produz uma cidade marcada pelo auge do ciclo da acumulação e da desigualdade sócio-espacial.

A urbanização, enquanto uma extensão das relações de produção capitalista, reconfigurou as qualidades dos atores econômicos, políticos e sociais no Brasil. A relação entre sociedade civil e Estado é alterada. De um lado, uma profunda associação entre Estado e burguesia internacional voltada para a acumulação do capital, e do outro, as classes populares que perderam a segurança mínima adquirida na primeira fase com o Estado do tipo populista. O Estado agora passa a estar descolado da nação. “O chão da pátria não é chão, é capital” (OLIVEIRA, 1977, p.75).

Este panorama histórico que marca o processo de formação da sociedade capitalista de classes no Brasil repercute na materialidade das cidades brasileiras. Estas são de caráter subdesenvolvido e se diferenciam das do mundo desenvolvido em função de uma relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não processual. Não existe um “mundo em desenvolvimento”, mas um mundo desenvolvido e outro que é subdesenvolvido (SANTOS, 2008, p.19). Logo, as estruturas de poder são distintas por princípio, entre estes mundos, e há a tendência de permanecerem assim. No mundo desenvolvido, o capitalismo se estrutura como um modelo de sociedade em que a garantia de direitos básicos adquire materialidade a partir da lei. Já no mundo subdesenvolvido, o capitalismo assume uma característica peculiar em que a garantia de direitos básicos, a partir da lei, não garante necessariamente a sua materialização, nem a distribuição homogênea da produção no território.

O crescimento capitalista tende a produzir relações de desigualdade que irão se concretizar nas cidades em ambos os contextos considerando que esta questão é inerente ao próprio modelo capitalista (SASSEN, 1998). Contudo, a desigualdade produzida nos casos de subdesenvolvimento é estrutural e fundamental para a manutenção da burguesia dependente no poder. Este panorama distorce a figura do Estado que, ao invés de buscar e garantir uma cidade mais justa e menos desigual (como nos países desenvolvidos), se transforma em um instrumento do *status quo* capitalista que reproduz as injustiças e as desigualdades nos países subdesenvolvidos (HARVEY, 1985). Desta forma, a atuação do Estado tende a institucionalizar diferentes formas de exploração do espaço urbano, em prol de grupos hegemônicos, negligenciando as demandas das camadas menos favorecidas.

Nesta dinâmica alucinante de produção do espaço urbano em que o Estado atende às demandas dos grupos hegemônicos em detrimento das demandas sociais, quem mais perde é a população pobre que não consegue acompanhar a lógica transformativa e especulativa do capital, que cria sua própria geografia, historicamente distintiva (HARVEY, 1992). Esta lógica de produção espacial está fundamentada em um mecanismo no qual o Estado possui o papel de viabilizar os investimentos (por parte dos capitalistas) ao invés de regular esta prática. O resultado deste procedimento é a manifestação de uma sociedade de classes marcada pela diferença que é transportada para o território materializando duas cidades antagônicas: a dos ricos e a dos pobres. Os ricos localizados em zonas urbanas intituladas “iluminadas” enquanto os pobres localizados em zonas urbanas intituladas “opacas” (SANTOS, 2014, p.325). As primeiras se destacam enquanto áreas em que os investimentos públicos e privados são realizados, já as segundas, se caracterizam como áreas invisibilizadas e esquecidas, opacas.

Para Milton Santos (2008), as dinâmicas de produção capitalista do espaço originam circuitos distintos de relações, que dividem o espaço. De um lado, o circuito inferior constituído pelas dinâmicas oriundas das classes pobres e, do outro lado, o circuito superior composto pelas dinâmicas oriundas das classes abastadas. A partir desta abordagem marcada por zonas espaciais e circuitos econômicos distintos, a dicotomia entre ricos e pobres na cidade adquire um teor estrutural, pois se trata de um padrão recorrente em várias realidades, principalmente no Terceiro Mundo, onde as ações dos monopólios hegemônicos e as ações estatais estão conjugadas (SANTOS, 2008, p.187). Portanto, ambas as ações convergem na construção de territórios cada vez mais antagônicos entre si, do ponto de vista socioeconômico.

A cidade de Porto Alegre/RS está inserida neste contexto marcado por uma sociedade de classes desigual oriunda de um processo dependente com fortes repercussões espaciais. A seguir, pretende-se abordar a cidade de Porto Alegre/RS e sua desigualdade territorial a partir do mapeamento de indicadores socioeconômicos.

PORTO ALEGRE E AS SUAS CONTRADIÇÕES

Porto Alegre, a capital mais ao sul do território brasileiro (Figura 1), apresenta uma estrutura sócio-espacial desigual. A capital do Estado do Rio Grande do Sul, assim como os

principais centros urbanos do Brasil, evidencia um território marcado pela segregação sócio-espacial.

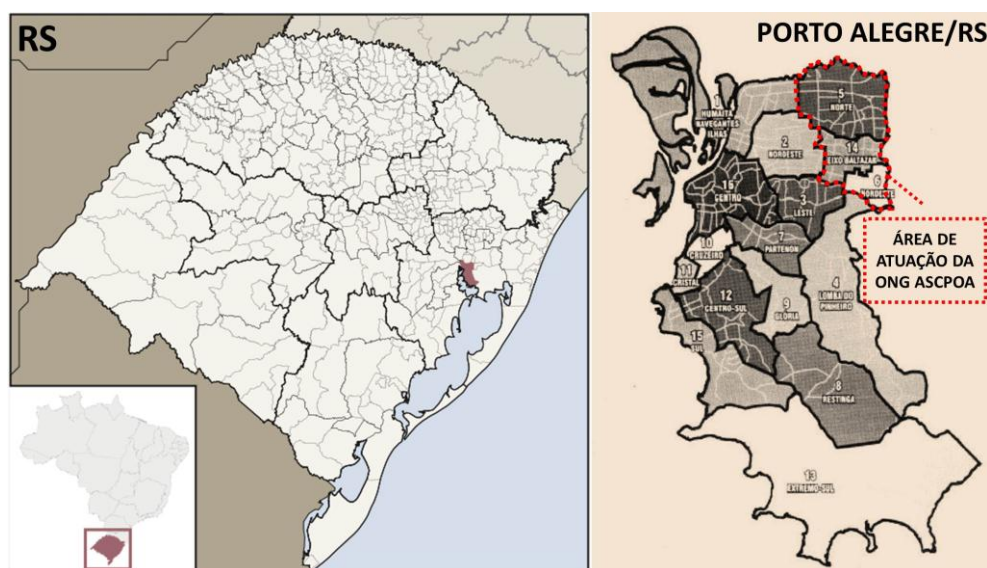


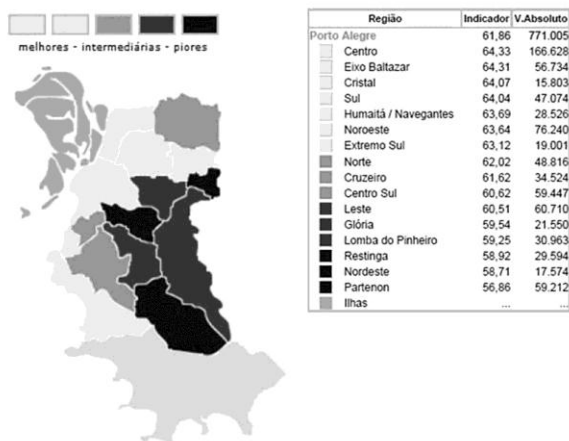
Figura 1: Localização de Porto Alegre e da área de atuação da ASCPOA no município. Fonte: OBSERVAPOA.

Este cenário fica claro quando a cidade de Porto Alegre é mapeada considerando alguns indicadores sociais como: População Economicamente Ativa e Domicílios Pobres (Figura 2); Taxa de Analfabetismo e Homicídios (Figura 3); e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Expectativa de Vida ao Nascer (Figura 4).

Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de 1,13 vezes.



Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de 20,47 vezes.

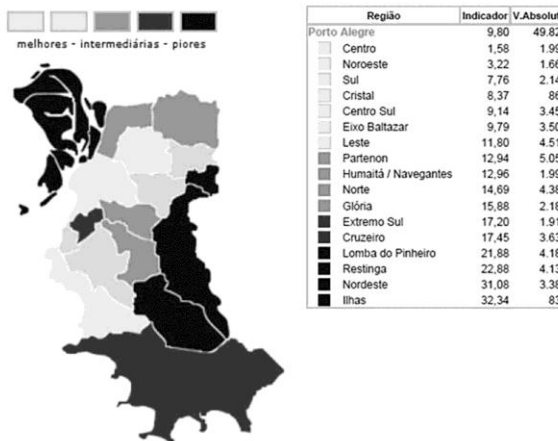


Figura 2: População Economicamente Ativa (esq.) e Domicílios Pobres (dir.). Fonte: OBSERVAPOA, 2010.

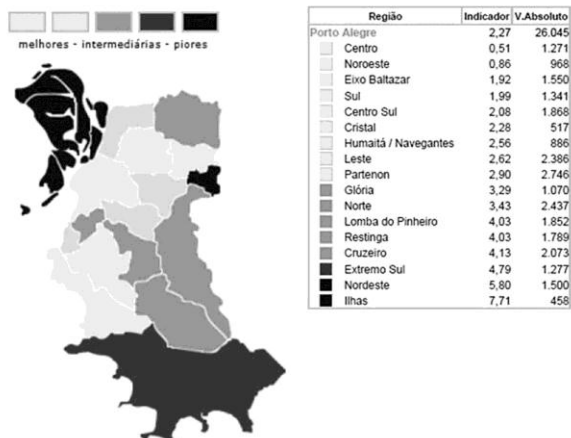
Evidencia-se uma correspondência territorial entre “população economicamente ativa” e “domicílios pobres” (Figura 2). O indicador “domicílios pobres” mede o percentual de domicílios com rendimento domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo. Nas regiões com um alto índice de pessoas economicamente ativas há um número reduzido de domicílios pobres e onde há um baixo índice de pessoas economicamente ativas há um

número elevado de domicílios pobres. As desigualdades sócio-espaciais se evidenciam em função da faixa salarial, determinante para a pobreza, que se aprofunda para aquelas populações que vivem nas periferias devido à ausência de empregos formais, à infraestrutura precária e ao aumento das distâncias de deslocamento o que gera gastos em transporte.

Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de 15,12 vezes.



Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de 8,87 vezes.

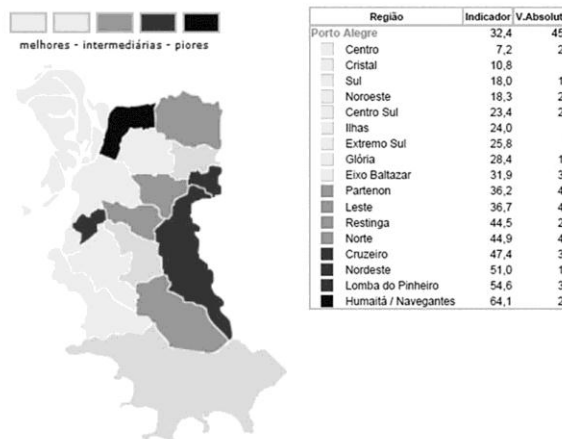


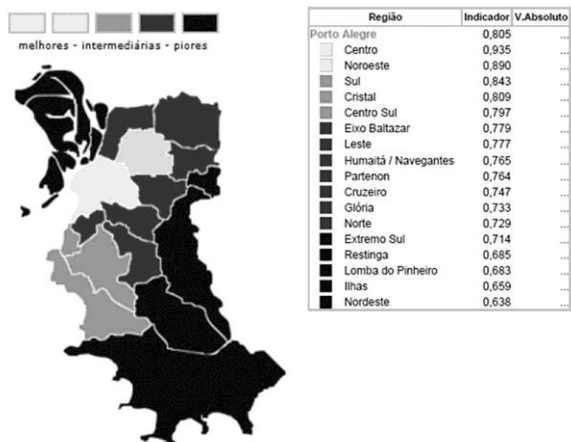
Figura 3: Taxa de Analfabetismo (esq.) e Homicídios (dir.). Fonte: OBSERVAPOA, 2010.

Assim como os indicadores apresentados anteriormente, os indicadores “taxa de analfabetismo” e “homicídios” apresentam também uma correspondência territorial associada à pobreza e à localização no território (Figura 3). Novamente, são as regiões mais periféricas ou as localizadas nos morros que apresentam os piores indicadores educacionais e de segurança pública tomando como referência de centralidade a península de ocupação inicial e os eixos de crescimento na direção leste e ao longo da orla.

Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de 1,47 vezes.



Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de 1,13 vezes.

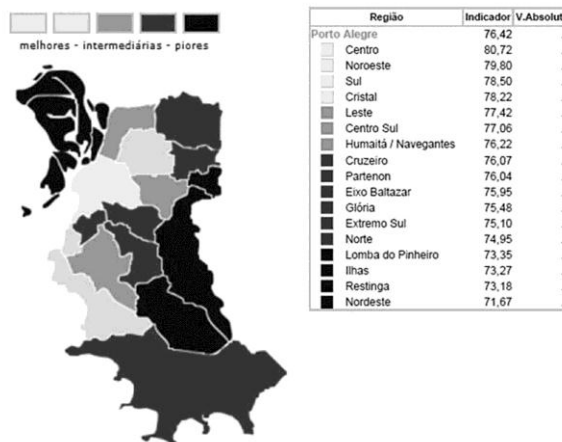


Figura 4: IDHM (esq.) e Expectativa de Vida ao Nascer (dir.). Fonte: OBSERVAPOA, 2010.

Os mapas da Figura 4 mostram uma correlação entre o “IDHM” e a “Expectativa de Vida ao Nascer” à semelhança da territorialização dos indicadores em destaque nos mapas anteriores. Os mapas mostram que há um claro desequilíbrio entre as regiões com os melhores (áreas centrais) e os piores indicadores (periferias).

Esta breve análise corrobora e evidencia a associação entre um padrão territorial e um padrão socioeconômico desigual a partir dos mapas aqui apresentados. É neste cenário que atua a ONG Associação Saúde Criança Porto Alegre (ASCPOA) a partir de uma estrutura de trabalho interdisciplinar que atende, sobretudo, as Regiões Norte, Eixo Baltazar e Nordeste que formam a periferia da Zona Norte de Porto Alegre (Figura 1).

A ASSOCIAÇÃO SAÚDE CRIANÇA E SUA ATUAÇÃO

Em um contexto em que o Estado é pouco atuante no atendimento das demandas sociais, instituições não governamentais ocupam um espaço importante ao promoverem ações que objetivam viabilizar parte deste atendimento. A ONG Associação Saúde Criança é um exemplo.

“A Associação Saúde Criança é um empreendimento social, sem fins lucrativos e sem filiação política ou religiosa, que criou uma metodologia pioneira visando a reestruturar as famílias de crianças com doenças crônicas e vítimas da desigualdade social, e promover o seu autossustento. Como a pobreza e a miséria são multidimensionais, o Saúde Criança trabalha de forma multidisciplinar e integrada em cinco áreas: saúde, moradia, cidadania, renda e educação. Portanto, atua no cerne da inclusão social promovendo o desenvolvimento humano.” (ASCPOA)

A ONG Associação Saúde Criança possui matriz no Rio de Janeiro e uma filial na cidade de Porto Alegre, a Associação Saúde Criança Núcleo Porto Alegre (ASCPOA). O público atendido pela ASCPOA é encaminhado pelo Hospital Conceição que possui um cadastro das famílias com crianças enfermas e em condições de vulnerabilidade social. Ao serem encaminhadas para a ONG, as famílias destas crianças passam por uma triagem com a intenção de identificar o interesse delas em participar das atividades multidisciplinares propostas pela instituição. Caso a família queira fazer parte da instituição e esteja de acordo com as regras de participação, esta é direcionada para um dos três grupos de atendimento que se fundamentam em uma troca entre família e ONG. O Projeto Cívica é parte deste processo de diálogo e se desenvolve a partir da atuação dos voluntários do Pilar Moradia que objetivam atender as necessidades habitacionais das crianças e das famílias com a intenção de contribuir com a saúde de ambas a partir de diagnósticos, propostas e execuções de melhorias na condição das moradias via assistência técnica.

O Projeto Cívica

O termo *cívica* é originário do latim e está relacionado à cidadania ou ao indivíduo que possui a capacidade de exercê-la. Logo, o projeto se vale desta imagem para promover ações

com o objetivo de atender as necessidades habitacionais de crianças e de famílias em vulnerabilidade social a partir de melhorias na condição das moradias. As letras do termo *civis* simbolizam os objetivos específicos do projeto:

- CONHECER a moradia da família atendida;
- IDENTIFICAR os problemas da moradia da família atendida;
- VIABILIZAR a solução dos problemas identificados;
- IMPLEMENTAR a proposta para a solução dos problemas;
- SOLUCIONAR o caso através da proposta.

Os atendimentos às famílias pelo Projeto Civis ocorrem nas três primeiras terças-feiras de cada mês no turno da tarde na Escola São Judas Tadeu (Zona Norte de Porto Alegre) e eventualmente nas moradias das famílias através das visitas domiciliares. Em cada terça, um dos três grupos de famílias que configuram o público da ONG é atendido. O serviço de assistência técnica se fundamenta em um espaço de diálogo que envolve uma troca de informações entre a família e o profissional através de 3 tipos complementares de atendimento: *diagnóstico*, *proposta* e *execução*. Logo, trata-se de uma construção coletiva em que a família atendida participa de todo o processo com a assessoria técnica do voluntário responsável. Na quarta terça-feira do mês, acontece a Reunião Geral da ONG quando as atividades do Projeto Civis desenvolvidas pelos integrantes do Pilar Moradia ao longo do mês são discutidas e avaliadas e o planejamento para o próximo mês é realizado.

Os três tipos de atendimento do Projeto Civis são os seguintes:

DIAGNÓSTICO – Conhecer a moradia e identificar os problemas:

- Aplicação de questionários e realização de visitas domiciliares.
- Relatórios e levantamentos fotográficos.

PROPOSTA – Viabilizar a solução dos problemas identificados:

- Realização de projetos ou propostas para intervenção.
- Montagem de orçamentos de materiais e mão-de-obra.

EXECUÇÃO – Implementar a proposta e solucionar os problemas:

- Compra/doação de materiais e contratação/doação de mão-de-obra.
- Acompanhamento da intervenção na moradia e relatório da intervenção.

Ao final do atendimento de cada família nas terças-feiras, esta é orientada para o próximo encontro conforme a situação do caso. Ao final de quatro semestres que corresponde ao período de vínculo da família com a ONG, espera-se que cada família tenha solucionado ao menos parcialmente as suas dificuldades habitacionais a partir dos três tipos de atendimento. Contudo, em função do grau dos problemas habitacionais e das mudanças frequentes no cotidiano das famílias ao longo do processo é comum alguns casos completarem o ciclo proposto pelo Projeto Civis antes do final do quarto semestre enquanto

que em outros casos o ciclo pode se estender para além deste período a partir da autorização da coordenação da ONG ASCPOA. Logo, o projeto é encarado de forma flexível atuando conforme o ritmo e as necessidades de cada caso.

Os territórios atendidos e as transformações sócio-espaciais

Neste momento objetiva-se apresentar os territórios atendidos pela Associação Saúde Criança Núcleo Porto Alegre (ASCPOA) assim como a atuação prática dos voluntários do Pilar Moradia via Projeto Cívica a partir do levantamento fotográfico e documental de três casos. Este levantamento é oriundo das visitas domiciliares realizadas pela ONG e do processo de desenvolvimento de cada caso.

As famílias atendidas pela ONG residem principalmente nas Regiões Norte, Eixo Baltazar e Nordeste que configuram a periferia da Zona Norte da cidade de Porto Alegre (Figura 5). Estas áreas da cidade apresentam em comum um território marcado por profundas precariedades sócio-espaciais como evidenciado nos mapas anteriores.



Figura 5: Área predominante de atuação da ONG ASCPOA e localização dos casos. Fonte: OBSERVAPOA.

Estas precariedades destacadas do ponto de vista do território mapeado e representado produzem um espaço urbano com condições limitadas. Trata-se de áreas distantes das principais centralidades da cidade de Porto Alegre e precárias do ponto de vista da infraestrutura o que obriga as famílias atendidas pela ONG a um cotidiano desgastante em função dos longos deslocamentos diários e das condições da moradia e do entorno já que não possuem renda suficiente para adquirir uma casa bem localizada e com melhores condições de habitabilidade. O resultado deste processo que envolve um Estado inoperante que negligencia o atendimento das demandas básicas, um mercado especulativo

que objetiva o lucro antes de qualquer coisa e uma população que está à margem da sociedade estabelecida é a reprodução de um modelo perverso de urbanização que preserva as desigualdades sócio-espaciais.

Este modelo evidencia padrões espaciais que possibilitam uma leitura do território vivido em função das suas espacialidades construídas. As imagens a seguir apresentam as realidades habitacionais de três famílias atendidas pelo Projeto Cívico correspondentes às três regiões de atendimento destacadas. Enfatiza-se o contraste espacial entre os casos tanto no âmbito urbano como no âmbito arquitetônico o que representa demandas e necessidades distintas apesar de estarmos falando de uma mesma população periférica e desassistida.

O caso da Região Norte

Este primeiro exemplo corresponde à casa de uma família composta por três pessoas: a mãe, a filha e o irmão. A criança assistida pela ONG é a menina que apresenta asma brônquica e neuropatia. A primeira doença é do aparelho respiratório e a segunda é do aparelho nervoso o que a torna parálitica.

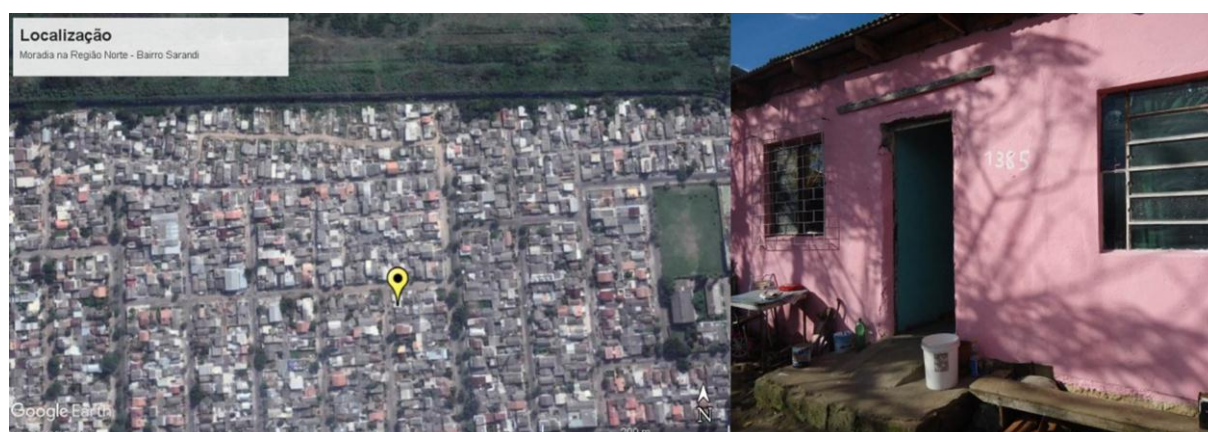


Figura 6: Casa localizada na Região Norte (Bairro Sarandi). Fonte: GOOGLE EARTH; ASCPOA.

A casa está localizada no limite norte da periferia de Porto Alegre (Figura 6) em uma área regular, mas precária do ponto de vista do espaço urbano tendo em vista a ausência de equipamentos urbanos no entorno imediato. Trata-se de uma área predominantemente residencial caracterizada por moradias unifamiliares. Do ponto de vista da moradia, esta apresenta sala, cozinha, banheiro e dois quartos. A estrutura é de alvenaria portante, as esquadrias são metálicas, o piso é cerâmico nas áreas comuns e, inicialmente, assoalho nos quartos e o telhado é de telha fibrocimento. Originalmente, a moradia apresentava precariedades importantes que influenciavam no quadro de saúde da criança atendida e que foram identificadas no diagnóstico inicial durante a visita domiciliar: a casa não possuía forração o que a tornava fria no inverno e quente no verão, o banheiro apresentava uma máquina de lavar no seu interior e era mal organizado o que inviabilizava o acesso da criança na cadeira de rodas e, além disso, o assoalho dos quartos estava cedendo (Figura 7).



Figura 7: Imagens do telhado sem forro, do banheiro e de um dos quartos. Fonte: ASCPOA.

Dentro deste contexto, após uma série de orçamentos, os arquitetos voluntários do Pilar Moradia em associação com a mãe, responsável pela casa, desenvolveram a proposta e a reforma da casa sendo que os materiais foram custeados pela ONG enquanto a mão-de-obra foi custeada pela mãe que se planejou para isso. A proposta se fundamentou na colocação de forro do tipo PVC, na reorganização do banheiro e na troca do assoalho dos quartos por piso cerâmico (Figura 8).



Figura 8: Imagens do forro colocado, do banheiro reformulado e do novo piso dos quartos. Fonte: ASCPOA.

Após a fase de execução da obra, a moradia da família apresenta atualmente um ambiente adequado tanto para a criança doente, motivo da ação, como para toda a família. O forro melhorou a condição térmica da casa, a reorganização do banheiro com a retirada da máquina de lavar e a colocação de uma porta sanfonada facilitou o acesso e o novo piso nos quartos garantiu uma maior segurança para a família.

O caso da Região Eixo Baltazar

Este segundo exemplo corresponde à casa de uma família composta por cinco pessoas: a mãe, o pai e três crianças sendo que a criança com problemas de saúde atendida pela ONG é um menino. O seu diagnóstico é de Prematuridade acarretando em sucessivas internações hospitalares.



Figura 9: Casa localizada na Região do Eixo Baltazar (Bairro Rubem Berta). Fonte: GOOGLE EARTH; ASCPOA.

Ao contrário do caso anterior, esta casa está localizada nas proximidades de um dos principais cruzamentos viários da periferia da Zona Norte de Porto Alegre o que garante um entorno com um maior número de tipos de atividades (Figura 9). Trata-se de uma área residencial irregular, mas com vários serviços e comércios populares no entorno o que reduz a necessidade de deslocamento da família. Contudo, quando visitada, a moradia não apresentava a mesma qualidade estrutural da casa da família da Região Norte. A moradia de alvenaria estava em obra e apresentava pouca iluminação e ventilação tanto no banheiro como no espaço comum, que servia de sala, cozinha e quarto. Não havia piso, instalações hidráulicas (água e esgoto), forração e nem esquadrias no espaço comum e no banheiro o que prejudicava a saúde da criança atendida e da família (Figura 10).



Figura 10: Imagens do piso por fazer, do espaço comum e do banheiro inacabado. Fonte: ASCPOA.

O desenvolvimento do orçamento dos materiais necessários para a obra e da proposta de resolução dos problemas identificados seguiu uma estrutura organizativa semelhante ao caso anterior com a diferença de que a mão-de-obra ficou a cargo do pai que é pedreiro o que reduziu os gastos da obra. A proposta envolvia um projeto de instalação da rede hidráulica (água e esgoto), a colocação do piso, do forro, de duas esquadrias, uma no espaço comum e outra no banheiro, e a divisão entre a área íntima e a social com divisórias baixas. Com o acompanhamento dos arquitetos voluntários do Pilar Moradia, a rede

hidráulica de água e esgoto já foi instalada e o piso e as esquadras colocados até o momento (Figura 11). Contudo, o forro e as divisórias baixas ainda não foram instalados.



Figura 11: Imagens do piso colocado, das novas esquadrias e da rede hidráulica instalada. Fonte: ASCPOA.

Apesar da reforma ainda estar em curso, as mudanças realizadas até então já qualificaram o ambiente. A colocação do piso e das esquadrias e as instalações hidráulicas de água e esgoto promoveram uma melhora na habitabilidade da moradia e na qualidade de vida da família e da criança enferma. É fundamental para a saúde de qualquer pessoa uma casa bem higienizada, iluminada, ventilada e atendida pela rede de água e de esgoto.

O caso da Região Nordeste

Este último exemplo diz respeito à casa de uma família composta por seis pessoas: a mãe, o pai e quatro crianças sendo um dos meninos a criança adoentada que exige cuidados especiais. O seu quadro clínico apresenta Bronquiolite, doença do aparelho respiratório, e Verminose, doença infecciosa e parasitária.



Figura 12: Casa localizada na Região Nordeste (Bairro Mário Quintana). Fonte: GOOGLE EARTH; ASCPOA.

Assim como no primeiro caso abordado, a casa desta família está localizada em uma área periférica predominantemente residencial com poucos equipamentos urbanos no entorno, mas em condições regulares como evidencia o grão das quadras na Figura 12. A

moradia se encontra junto do limite municipal de Porto Alegre delimitado por uma grande ocupação irregular a leste. Contudo, apesar da condição regular, a moradia ocupa uma posição inapropriada no lote, pois esta está colada nos fundos e nas divisas laterais (Figura 12) gerando problemas graves de ventilação e iluminação. Há apenas duas janelas e a porta de entrada para iluminar e ventilar uma casa de grandes proporções em comparação às duas anteriores. Quando a visita domiciliar foi realizada, foi notória a percepção de um ambiente insalubre em função da falta de aberturas. Além disso, o tamanho dos ambientes estava superdimensionado em alguns locais como na sala e na cozinha e subdimensionado em outros como no corredor e nos três quartos (Figura 13).



Figura 13: Imagens da sala e do corredor e do quarto de casal. Fonte: ASCPOA.

Inicialmente, o grupo de arquitetos voluntários do Pilar Moradia sugeriu a supressão de um dos três quartos da casa com a intenção de criar um pátio aberto junto ao fundo do lote para ventilar e iluminar o restante da casa. Contudo, o casal preferiu optar pela construção de uma nova residência na área que hoje corresponde ao pátio frontal tendo em vista que a casa atual está localizada na área mais baixa do terreno e não apresenta uma fundação alta acarretando em sucessivos alagamentos quando chove. Logo, junto com o casal foi desenvolvido um anteprojeto para a nova moradia a ser implantada próxima à testada do lote (Figura 14).

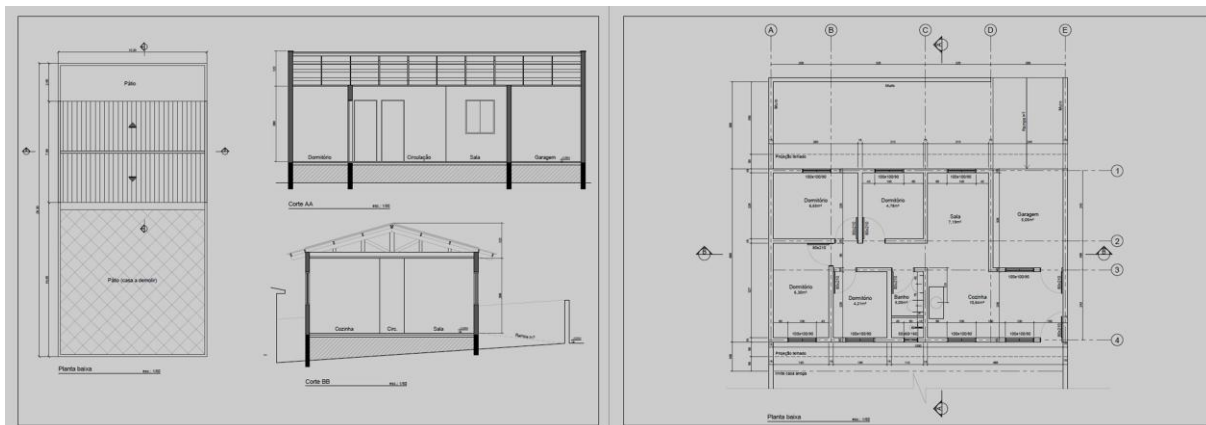


Figura 14: Implantação, cortes e planta baixa do projeto desenvolvido junto com a família. Fonte: ASCPOA.

Ao contrário dos outros dois casos anteriores que já alcançaram a fase de execução, este ainda se encontra na fase da proposta, pois se trata de uma intervenção de maior porte o que exige um planejamento mais detalhado tanto por parte da família como por parte da ONG. Como o pai é mestre de obras, ele se responsabilizou pela execução do projeto. Contudo, o presente empecilho corresponde aos materiais que apresentam um custo cuja ONG não possui condições financeiras para pagar.

Estes três casos são sintomáticos em relação às diferentes demandas das famílias atendidas pela ONG ASCPOA no que diz respeito à moradia. Enquanto os dois primeiros casos demandaram reformas de caráter pontual, o terceiro caso envolveu uma proposta estrutural. Logo, apesar destas realidades estarem inseridas em territórios periféricos semelhantes em Porto Alegre, as situações sócio-espaciais apresentam diferenças consideráveis o que aumenta a complexidade dos atendimentos tanto do Pilar Moradia como das demais áreas que compõem a ONG Associação Saúde Criança. Tal panorama exige uma abordagem capaz de dar conta desta diversidade de casos e necessidades específicas objetivando a cidadania e a saúde mental e física a partir de padrões habitacionais que promovam inclusão sócio-espacial (PICCININI, 2007; PICCININI; MELLO, 2011).

Tendo em vista que as grandes cidades brasileiras crescem a partir de territórios irregulares ou regulares com precariedades urbanísticas oriundos de uma formação econômica dependente baseada no subdesenvolvimento, atuar na periferia da Zona Norte de Porto Alegre significa se deparar com uma realidade desigual com raízes históricas e estruturais que clama por melhores condições de vida. É necessário tornar visível o que costumeiramente é invisibilizado e negligenciado pelas políticas públicas. Logo, mais do que solucionar as dificuldades habitacionais de algumas famílias via Projeto Civis, a ONG ASCPOA possui um papel político de colocar em evidência uma população localizada nas “zonas opacas” do espaço urbano segundo a conceituação de Milton Santos (2014). Trata-se de iluminar estas zonas a partir de iniciativas que promovam oportunidades de transformação social como as desenvolvidas pela ONG Associação Saúde Criança Núcleo Porto Alegre.

CONCLUSÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PEDAGÓGICA

A assistência técnica para a população de baixa renda relacionada ao projeto e à construção de habitação de interesse social no Brasil tem ocupado cada vez mais os espaços de discussão e debates tanto no meio acadêmico como no profissional, sobretudo após a aprovação da lei 11.888 de 2008 que assegura este direito. Contudo, assegurar um direito não significa o mesmo que materializá-lo. Entre a lei e a materialidade há um caminho árduo e complexo principalmente na nossa sociedade depende e subdesenvolvida em que a garantia da lei nem sempre representa a garantia da sua materialização. Logo, mais do que uma lei, a assistência técnica precisa ser uma iniciativa de grupos politicamente engajados em uma mudança social. O Pilar Moradia da ONG ASCPOA enxerga esta problemática deste ponto de vista e vislumbra alguma mudança a partir de ações como as do Projeto Civis.

O Projeto Civis objetiva solucionar problemas espaciais no âmbito da moradia com a intenção de melhorar as condições de saúde tanto da criança como da família envolvida, mas, além disso, esta iniciativa promove uma mudança social a partir do processo de

resolução do problema espacial. Logo, mais do que uma simples assistência técnica, o trabalho que tem sido desenvolvido pelos arquitetos voluntários da ONG ASCPOA possui um caráter pedagógico de formação e conscientização social. As famílias e os voluntários do Pilar Moradia participam do processo de reforma e reabilitação das moradias juntos adquirindo aprendizados a partir da troca de conhecimentos ao longo do processo o que viabiliza o entendimento por parte de ambos dos problemas associados à moradia. O resultado é um ganho de autonomia importante na resolução destes problemas nos moldes preconizados por Paulo Freire (1996). Isso não quer dizer que as famílias vão ter condições de solucionar todas as dificuldades sozinhas, mas, a partir da conscientização e da compreensão da problemática social em que estão inseridas, elas terão condições de se organizarem e de se planejarem de forma qualificada e sistemática visando à solução das necessidades que pode eventualmente envolver a figura do arquiteto ou de outro profissional. Trata-se da criação de um conhecimento voltado à capacitação pessoal a partir de uma construção coletiva em um contexto marcado por poucas oportunidades e que, em vários casos, estão restritas ao assistencialismo.

Uma amostra deste trabalho de caráter pedagógico desenvolvido na ONG ASCPOA foi noticiada recentemente no Facebook da instituição. No mês de maio de 2018, a equipe do Pilar Moradia da ONG ASCPOA desenvolveu uma dinâmica com as mães atendidas no momento do “Aconchego”¹ conforme as imagens da Figura 15:



Figura 15: “Aconchego” com a equipe do Pilar Moradia. Fonte: SAÚDE CRIANÇA PORTO ALEGRE.

A dinâmica proposta tinha como objetivo instrumentalizar as mães para resolver alguns problemas básicos de organização espacial interna das moradias considerando variáveis como iluminação, ventilação e circulação a partir de um exercício prático que

¹ Atividade em grupo no início das tardes dos atendimentos às famílias, normalmente, ocupada pela equipe da psicologia. Trata-se de um espaço em que questões cotidianas são problematizadas e debatidas com as mães e eventualmente com os pais atendidos pela ONG visando a autonomia e a promoção da transformação social de cada pessoa.

envolvia uma planta baixa de uma casa, alguns recortes de mobiliários e a possibilidade de expansão da moradia conforme um universo familiar. Os grupos de trabalho tinham que organizar a moradia internamente e propor uma ampliação se necessário a partir da associação entre a oferta de mobiliários e o universo familiar proposto com o assessoramento dos voluntários do Pilar Moradia. O foco estava na resolução de um problema sócio-espacial, mas por de trás desta ação havia algo mais significativo: a ideia de promover um espaço de reflexão sobre uma determinada realidade o que convida a pessoa a pensar para além do padrão usual. Trata-se de um deslocamento pedagógico que viabilizou um ganho de autonomia tendo em vista que as tomadas de decisão por parte das mães representaram, além da solução de um problema fictício, um ato de cidadania ou a capacidade de atuar no contexto em que se está inserido.

Este pequeno exercício colocou em evidencia a importância do processo educacional e pedagógico enquanto ferramenta transformadora da intimidade e do mundo. Mas, o interessante desta atividade é que ela não ficou restrita às quatro paredes da sala de atendimento, pois no mês seguinte os arquitetos voluntários da ONG ASCPOA receberam uma série de depoimentos de mães que começaram a refletir e a transformar o seu espaço habitacional a partir dos conhecimentos compartilhados no exercício. A atividade, portanto, potencializou uma mudança tanto espacial como social a partir de um processo reflexivo sobre uma realidade. Neste caso, o limite era a moradia, mas tal reflexão pode extrapolar as fronteiras do espaço privado e ganhar as ruas do espaço público, aquele que deveria ser de todos e compartilhado por todos.

REFERÊNCIAS

- ASCPOA – Associação Saúde Criança Porto Alegre. *Sistema ASC*. Disponível em: <https://sistema.saudecrianca.org.br/Home/> Acessado em: 30 de setembro de 2018.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: EDITORA GLOBAL, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HARVEY, David. On planning the ideology of planning. In: *The Urbanization of capital. Studies in the History and Theory of Capitalist Urbanization*. Baltimore: THE JOHNS HOPKINS UNIVERSITY PRESS, 1985.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1992.
- OBSERVAPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre. *Porto Alegre em mapas*. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/> Acessado em: 30 de setembro de 2018.
- OBSERVAPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre. *Porto Alegre em análise*. 2010. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/> Acessado em: 30 de setembro de 2018.

- OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: A nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, José Álvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: EDITORA CEDEC PAZ E TERRA, 1977.
- PICCININI, Livia Salomão. *A flexibilização dos padrões habitacionais e urbanísticos e as formações sócio-espaciais informais*. 301 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.
- PICCININI, Livia Salomão; MELLO, Oberon da Silva. Avaliação da política urbana: A relação entre padrões habitacionais e urbanísticos e inclusão sócio-espacial. In: *XIV Encontro Nacional da ANPUR: Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Revolução burguesa atrasada e imperialismo total. In. *A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes*. 2001. Disponível em: http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/c_deak/CD/3publ/01dossiebrasil/ Acessado em: 30 de setembro de 2018.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo: EDITORA EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDITORA EDUSP – Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: STUDIO NOBEL, 1998.
- SAÚDE CRIANÇA PORTO ALEGRE. *Perfil da Associação Saúde Criança Porto Alegre no Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/saudecriancapoa/> Acessado em: 30 de setembro de 2018.